



Desafios da Formação Continuada na EJA: Implicações e limites da Resolução CNE/CEB nº 3/2025

AUTOR(ES):

Roberto Santos Bulhões

Discente do programa de pós-graduação Mestrado em Educação PPGE da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Mayllena Joanne Fernandes de Carvalho

Discente do programa de pós-graduação Doutorado em Educação PPGE da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Cristiano De Sant'anna Bahia

Docente do Departamento de Saúde e do Programa de Mestrado e Doutorado. Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC
Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado Profissional em Educação-PPGE

PALAVRAS-CHAVE: Formação continuada. Educação de Jovens e Adultos. Políticas públicas.

EIXO: Formação inicial e continuada de professores da EJA

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui um direito historicamente negligenciado pelas políticas públicas, marcada por desigualdades no acesso, permanência e condições de aprendizagem (Di Pierro; Haddad, 2015). Nesse contexto, a formação continuada torna-se essencial, compreendida como processo permanente de reflexão crítica e reconstrução da prática pedagógica, articulada às condições concretas de trabalho e à realidade dos estudantes (Freire, 1996; Pimenta, 2012; Gatti, 2012).

A Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025, institui diretrizes operacionais para a modalidade, definindo princípios e parâmetros para organização curricular, oferta e avaliação na EJA. O documento orienta sistemas de ensino na garantia do direito à educação ao longo da vida, propondo práticas mais flexíveis e inclusivas, retomando a centralidade da formação continuada. Contudo, persistem questionamentos quanto à efetividade das diretrizes diante das tensões históricas da modalidade e das fragilidades das políticas de valorização docente. Assim, problematiza-se: em que medida a Resolução apresenta orientações efetivas para a formação continuada de professores/as e quais são seus impactos para a prática pedagógica? Considerando o objetivo de analisar as orientações para a formação continuada de professores/as da EJA, frente às implicações para a prática pedagógica da Resolução CNE/CEB nº 3/2025. Este estudo, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE da Universidade Estadual de Santa Cruz -UESC, analisa criticamente essas orientações em diálogo com a literatura especializada, registrando-se que, posteriormente à publicação da Resolução CNE/CEB nº 3/2025, foi editada a Resolução CNE/CEB nº 6, de 17 de julho de 2025, que

introduz ajustes relativos ao prazo de transição para implementação das diretrizes, sem alterar o foco analítico do presente estudo.

Metodologia

A pesquisa é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental da Resolução CNE/CEB nº 3/2025 e da Lei nº 9.394/1996. O levantamento foi realizado nas bases Capes e SciELO, além de periódicos da Anped e dos Cadernos Cedes. As buscas, entre 2020 e 2025, contemplaram produções recentes e análises situadas antes e após a elaboração da resolução. O descritor utilizado foi “formação continuada na EJA”. A busca identificou 212 estudos; após leitura de títulos e resumos, nove compuseram o corpus final. Os critérios de inclusão privilegiaram trabalhos que tratassem diretamente da formação continuada na EJA e suas implicações para a prática docente. Foram excluídos estudos de outras etapas educacionais, textos sem relação com políticas da modalidade ou duplicados. O mapeamento mostrou que a literatura discute a formação continuada como eixo da qualificação docente, evidenciando potencialidades e limites estruturais enfrentados pelas redes de ensino. A análise dos dados ocorreu por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2011), organizando-se em categorias relacionadas à formação continuada, às diretrizes da Resolução e às condições concretas da prática docente.

Resultados e Discussão

Os achados indicam que a Resolução nº 3/2025 representa um avanço ao reconhecer a necessidade de ações formativas adequadas às especificidades da EJA (Brasil, 2025). Porém, mantém caráter prescritivo, sem detalhar financiamento, institucionalização ou mecanismos de avaliação e acompanhamento, o que limita sua efetividade. A literatura mostra que a formação continuada na EJA segue marcada por ações pontuais, fragmentadas e descontextualizadas (Santana, 2023), fenômeno que tende a persistir sem diretrizes operacionais claras.

Além disso, estudos apontam tensões entre o discurso democrático do normativo e a permanência de orientações gerenciais e neoliberais, centradas na responsabilização individual e em metas de desempenho, em detrimento de processos formativos coletivos e emancipatórios (Anadon; Silva, 2023; Freire, 1996). Essa tensão dificulta políticas sustentáveis de formação, especialmente diante de restrições de financiamento e descontinuidade institucional.

Em contrapartida, pesquisas que investigam metodologias colaborativas, como pesquisa-ação e trabalho coletivo, demonstram potencial para fortalecer práticas inclusivas e a identidade docente (Freitas et al., 2023). Contudo, sua implementação depende de condições reais de trabalho, tempo institucional e apoio técnico, elementos ainda não assegurados pela Resolução nº 3/2025. A análise indica que o documento, embora conceitualmente alinhado aos princípios

críticos da EJA, necessita de diretrizes programáticas claras capazes de responder aos desafios reais enfrentados pelos professores que atuam nessa modalidade.

Considerações Finais

Os resultados mostram que a Resolução nº 3/2025 recoloca a formação continuada no centro das políticas para a EJA, mas não supera desafios históricos que comprometem sua efetivação. Embora reconheça as especificidades dos sujeitos da modalidade e a necessidade de práticas formativas contextualizadas, a ausência de mecanismos concretos de financiamento, monitoramento e institucionalização dificulta sua implementação. Conclui-se que o normativo avança no plano discursivo, mas permanece insuficiente diante dos desafios estruturais da formação continuada na EJA. Reforça-se, assim, a necessidade de políticas públicas permanentes, articuladas e participativas, capazes de sustentar processos formativos emancipatórios e socialmente referenciados.

Referências:

- ANADON, S. B.; SILVA, S. G. da. Políticas de formação continuada e desenvolvimento profissional docente: uma estratégia de governamentalidade neoliberal empresarial. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 39, e88029, 2023. DOI: 10.1590/1984-0411.88029. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/S8CLnRmC95T9F7dS8wTBzBJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2025.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025*. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Brasília, DF: CNE/CEB, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt/br/cne/2025/abril/rceb003_25.pdf. Acesso em: 18 jul. 2025.
- BRASIL. Lei nº 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833, 23 dez. 1996.
- DI PIERRO, Maria Clara; HADDAD, Sérgio. Transformações nas políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 35, n. 96, p. 197–217, maio–ago. 2015. DOI: 10.1590/CC0101-32622015723758.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, A. A. A.; SILVA, F. A. O. R.; SOARES, L. J. G. *Formação na Educação de Jovens e Adultos: retalhos de uma construção coletiva*. PRÓ-PROFESSOR, Ouro Preto, v. 2, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/proprof/article/view/7102>. Acesso em: 24 jul. 2025.
- GATTI, Bernadete Angelina. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 28, n. 1, 2012.
- PIMENTA, Selma Garrido. *Formação de professores: identidade e saberes da docência*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- SANTANA, Anne Císera Teixeira de. Formação continuada de professores da Educação de Jovens e Adultos: uma revisão sistemática de artigos publicados (2015–2021). *Sertanias: Revista de Ciências Humanas e Sociais*, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, p. 1–24, 2023. DOI: 10.22481/sertanias.v4i1.12812. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/sertanias/article/view/15553>. Acesso em: 02 ago. 2025.